

Construtivismo crítico: um novo olhar sobre o espaço pós-soviético e a crise na Ucrânia

Vanda Amaro Dias



Publisher

Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra

Electronic version

URL: <http://eces.revues.org/1601>

DOI: 10.4000/eces.1601

ISSN: 1647-0737

Electronic reference

Vanda Amaro Dias, « Construtivismo crítico: um novo olhar sobre o espaço pós-soviético e a crise na Ucrânia », *e-cadernos ces* [Online], 19 | 2013, colocado online no dia 01 Junho 2013, consultado a 02 Outubro 2016. URL : <http://eces.revues.org/1601> ; DOI : 10.4000/eces.1601

The text is a facsimile of the print edition.



CONSTRUTIVISMO CRÍTICO: UM NOVO OLHAR SOBRE O ESPAÇO PÓS-SOVIÉTICO E A CRISE NA UCRÂNIA

VANDA AMARO DIAS

DOUTORANDA NO CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS / FACULDADE DE ECONOMIA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA, PORTUGAL

Resumo: Nesta breve reflexão, propomos o recurso ao construtivismo crítico como abordagem teórica capaz de lançar um novo olhar sobre os relacionamentos e dinâmicas de poder no espaço pós-soviético. O entendimento de que os discursos e práticas internacionais surgem como construções sociais, que refletem o poder, as percepções e os interesses de quem os enuncia, permite olhar para a complexidade que caracteriza o espaço pós-soviético de forma mais ampla e interpretá-la criticamente, a fim de possibilitar um melhor e mais pormenorizado entendimento sobre a mesma. Para tal, começamos por expor as principais premissas desta abordagem teórica, para depois propor uma linha de investigação capaz de analisar criticamente a recente crise na Ucrânia e a partir daí tirar ilações sobre o potencial do recurso a instrumentos críticos para a análise e compreensão das dinâmicas de poder que emanam do espaço pós-soviético.

Palavras-chave: construtivismo crítico, discurso, espaço pós-soviético, práticas internacionais, Ucrânia.

INTRODUÇÃO

O final da Guerra Fria implicou consideráveis transformações geoestratégicas e geopolíticas a nível regional e global. Desde logo, o desmembramento da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) deu origem a uma série de novos Estados independentes, num processo que mudaria as dinâmicas de poder e relacionamento no espaço pós-soviético. O ator mais relevante neste contexto seria indubitavelmente a Federação Russa, que emerge como uma nova entidade (geo)política com ambições e interesses definidos no que concerne o relacionamento com a sua vizinhança próxima e a sua projeção internacional.

Tradicionalmente, os estudos pós-soviéticos têm enfatizado a relação da Federação Russa com a sua vizinhança e a forma como a política externa de Moscovo se tem definido por uma atuação pragmática na região com o intuito de satisfazer os seus interesses políticos, económicos e de segurança (Tsygankov, 2006: 109), sobretudo a partir dos anos 2000.

A bibliografia dedicada a este tópico tem privilegiado a análise da forma como a Rússia tem utilizado o vasto leque de recursos ao seu dispor para aumentar as vulnerabilidades e dependências económicas (Popescu e Wilson, 2009: 3), energéticas (Denisov e Grivach, 2008; Makarychev, 2008; Trenin, 2007), políticas (Donaldson e Nogee, 2005; Stent, 2007; Tolstrup, 2009) e de segurança (Igumnova, 2011; Morozova, 2009; Trenin, 2011) dos países da sua vizinhança próxima, em relação a Moscovo. O objetivo é a promoção de um relacionamento assimétrico que garanta a permanência destes países na sua esfera de influência e dissuada a interferência de outros atores neste espaço (Baev, 2007: 454). Em geral, esta bibliografia realça a forma como o relacionamento da Federação Russa com o espaço pós-soviético se assume como um palco de manobras de *Realpolitik*, que resultam da importância geoestratégica e geopolítica desta região.

Contudo, o que se verifica é que, apesar dos estudos pós-soviéticos terem um lugar de destaque na investigação produzida na área das Relações Internacionais, continua por explorar uma análise mais crítica e interpretativa das relações da Federação Russa com os países da sua vizinhança próxima. Para além disso, a bibliografia existente tende a dar destaque analítico à posição de Moscovo nas dinâmicas de poder no espaço pós-soviético, negligenciando a capacidade de agência dos Estados na região e deixando por explorar nuances identitárias, cognitivas e de poder que se mostram cruciais para a compreensão dos relacionamentos no espaço pós-soviético.

Nesta breve reflexão, propomos o recurso ao construtivismo crítico como abordagem teórica capaz de lançar um novo olhar sobre os relacionamentos e dinâmicas de poder no espaço pós-soviético. O entendimento de que os discursos e práticas internacionais surgem como construções sociais que refletem o poder, as perceções e os interesses de quem os enuncia permite olhar para a complexidade que caracteriza o espaço pós-soviético de forma mais ampla e interpretá-la criticamente, a fim de possibilitar uma melhor e mais pormenorizada compreensão sobre a mesma. Para tal, começamos por expor as principais premissas desta abordagem teórica, para depois propormos um novo olhar sobre a recente crise na Ucrânia e, a partir daí, tirar ilações sobre o potencial do recurso a instrumentos críticos para a análise e compreensão das dinâmicas de poder que emanam do espaço pós-soviético.

CONSTRUTIVISMO CRÍTICO: INTERPRETANDO DISCURSOS, PRÁTICAS E DINÂMICAS DE PODER

O construtivismo crítico é uma vertente do construtivismo social inspirado nas obras dos pós-modernos Foucault, Lyotard e Derrida (Fierke e Jørgensen, 2001: 5). Partindo do entendimento que o mundo não é um dado adquirido, mas um artifício socialmente construído, esta abordagem embarcou numa tripla viragem – sociológica, linguística e pragmática – que permite olhar para discursos e práticas não como meros espelhos da realidade, mas como construções sociais que refletem o poder, as percepções e os interesses de quem os enuncia e pratica (Kratochwil, 2001: 16-20; Zehfuss, 2001: 56).

Para além disso, esta abordagem apresenta os atores como seres sociais que não podem ser separados do contexto que os rodeia, evidenciando, de forma reflexiva, os fatores endógenos e exógenos que influenciam uma determinada tomada de decisão ou ação (Andreatta, 2005: 31). Desta forma, a realidade surge como uma construção social, marcada por um processo de interação entre estruturas e agentes, que condiciona as decisões destes últimos (Fierke, 2007: 168-169). Muito embora o construtivismo crítico reconheça a existência de estruturas que afetam o processo de tomada de decisão, ele opta por não as reificar, salientando, em alternativa, que também elas são uma construção social, histórica e discursiva (Copeland, 2006: 7).

Da interação entre agentes e estruturas resulta um processo de aprendizagem social, que exerce efeitos na formação da identidade dos atores e na percepção dos seus interesses (Checkel, 1999: 548). Isto não significa que os construtivistas críticos não reconheçam a importância dos interesses na conduta dos atores, mas apenas que não se pode ignorar o efeito que o meio social exerce sobre os mesmos (Bache e George, 2006: 43). Para além disso, os interesses são, também eles, um produto social dinâmico que acompanha a evolução das nossas percepções (Guzzini, 2000; Kratochwil, 2001: 26).

A respeito da importância das percepções, Knud Erik Jørgensen (2010: 160) salienta que a realidade social depende do consentimento humano para existir, uma vez que uma determinada situação só ganha importância e visibilidade através do nosso reconhecimento. Nesta ótica, o construtivismo crítico advoga que os atores agem em conformidade com aquilo que percebem serem os seus interesses num dado momento, muito embora estes se assumam não como uma condição material, mas antes como fruto do processo de interação social e das percepções que giram em torno deste (Hurd, 2008: 310).

Adicionalmente, esta abordagem defende que as relações evoluem ao longo do tempo e que são mutuamente constituídas, representando um processo de duas vias (Fierke, 2007: 171). Neste contexto, a visibilidade dos discursos torna-se incontornável, já que é por seu meio que os atores adquirem noção do mundo e dão sentido às suas ações – *práticas discursivas*. É a capacidade comunicativa que lhes permite socializar,

transmitindo as percepções da sua própria identidade e da construção imagética do outro, mas também estabelecer relações de poder e redefinir interesses (Adler, 1997: 332). Por outro lado, os discursos podem ser entendidos como estruturas que refletem um entendimento hegemônico da realidade social e têm um efeito constitutivo, disciplinando e possibilitando a interação entre os atores e as suas tomadas de decisão (Simmel, 2011: 3-6).

Numa lógica análoga, também o poder e a (in)segurança surgem como uma construção social e as ameaças como produto dos discursos e práticas que dela emanam (Fierke, 2007: 6-7) e não como elementos naturais ou pré-sociais (Zehfuss, 2006: 97). O poder assume aqui uma dimensão relacional, já que surge como a imposição de uma visão do mundo sobre outra, determinando significados partilhados que constituem as identidades, os interesses e as práticas dos atores.

Nesta ponderação, a identidade e as percepções assumem-se como elementos chave, uma vez que permitem compreender sentimentos de superioridade/inferioridade, bem como a possibilidade de resistência e conseqüente emergência de um espaço híbrido que influencia a tomada de decisão (Jørgensen, 2010). Isto está intimamente relacionado com o reconhecimento do outro, uma vez que ao aceitarmos a sua agência e compreendermos a sua importância para o sucesso das nossas ações, este passa a ser incluído na ponderação que fazemos acerca dos nossos interesses e estratégias de atuação, reforçando a natureza bidirecional dos relacionamentos.

Privilegiando a análise crítica de discurso como opção metodológica, o construtivismo crítico possibilita ainda um exercício de desconstrução que permite olhar de forma mais abrangente para os processos em análise, enaltecendo dinâmicas que de outra forma permaneceriam invisíveis.

Partindo destes pressupostos, o construtivismo crítico sugere que os agentes são sujeitos reflexivos capazes de olhar para a realidade e tomar decisões intencionais a partir da sua percepção da mesma; e que desta capacidade de reflexão e escolha resulta um processo de mudança e transformação social. Através de práticas discursivas, os agentes operacionalizam uma *praxis* transformativa intencional que tem efeitos sobre as estruturas e, logo, potencial para gerar mudança. Assim, ainda que as estruturas condicionem a atuação dos agentes, também estes afetam o que sucede ao nível das estruturas, num processo de constituição mútua e interação equitativa em que nenhum é reduzido ao outro.

Desta forma, esta abordagem crítica permite analisar a interação entre interesses, percepções e identidades dos agentes, ao mesmo tempo que denotam a importância do conhecimento partilhado, da aprendizagem e das estruturas discursivas, normativas e institucionais. O resultado é o entendimento da realidade como um processo dinâmico,

em permanente mutação, constituído por atores reflexivos e relacionais que são capazes de se adaptar às exigências do momento e reajustar a sua identidade e interesses. Assumindo um pendor crítico e pós-positivista, esta abordagem permite levar a cabo uma análise das relações internacionais que, mais do que estabelecer relações causais, visa fornecer uma interpretação com base na ponderação de discursos, práticas e suas consequências.

Na próxima secção, apresentamos sucintamente os contornos da atual situação na Ucrânia e propomos uma linha de investigação baseada nos pressupostos do construtivismo crítico capaz de trazer um novo olhar sobre as dinâmicas desta crise. Será igualmente apresentada uma reflexão mais pessoal sobre as mais-valias da escolha desta abordagem teórica para explicar fenómenos do espaço pós-soviético, bem como das principais dificuldades que esta escolha acarreta para o investigador de Relações Internacionais.

A CRISE NA UCRÂNIA E A IMPORTÂNCIA DE UMA ABORDAGEM CRÍTICA SOBRE AS DINÂMICAS DO ESPAÇO PÓS-SOVIÉTICO

Após os acontecimentos que precipitaram a queda da URSS, oficializada pela Cimeira de Minsk de 9 de dezembro de 1991, a Ucrânia surgiu como um Estado independente. Desde então, este país de suma importância estratégica no quadro geopolítico e geoestratégico euro-asiático embarcou numa quádrupla transição: política, económica, institucional e identitária (Kuzio e Moroney, 2001: 113). No que concerne à política externa, Kiev tem oscilado entre uma maior aproximação ora à União Europeia (UE), ora à Rússia, consoante os seus interesses e perceções nos diferentes momentos. Não obstante a clara conexão à situação interna do país (marcada por elevados níveis de corrupção, nepotismo, clientelismo, e por uma frágil situação socioeconómica), a crise na Ucrânia, que se iniciou em novembro de 2013, não pode ser dissociada da sua política externa e do quadro geopolítico e de segurança em que Kiev se insere.

Com efeito, a crise parece ter sido despoletada pela decisão de adiar a assinatura do Acordo de Associação com a UE em novembro de 2013, a que se seguiu a celebração de um generoso, mas pouco transparente, acordo económico com a Rússia. Representando um afastamento da primeira em prol de uma maior aproximação à última, esta opção política levou a protestos massivos por parte da sociedade civil nas ruas de Kiev (Freedman, 2014: 19). O movimento “Euromaidan”, como ficaria conhecido, reclamava o compromisso com uma verdadeira reforma no país, o combate à corrupção e à desigualdade, bem como a aproximação às instituições europeias.

Após 3 meses de confrontos e uma gestão pouco eficaz do conflito, a 21 de fevereiro de 2014, o então Presidente ucraniano, Viktor Yanukovitch, e os líderes da oposição

assinaram um acordo mediado pela UE, destinado a colocar termo à crise política em que o país se encontrava. Este acordo previa a limitação dos poderes presidenciais, a realização de eleições e a desmobilização das forças da oposição das ruas de Kiev. Contudo, nos dias seguintes, Viktor Yanukovitch partia para o exílio e o Parlamento ucraniano votava a destituição dos seus poderes. Percecionando os eventos na sua vizinhança como parte de um esquema ocidental para instaurar um governo leal aos seus interesses e promover a integração ucraniana nas instituições euro-atlânticas, o Kremlin usou um vasto leque de instrumentos económicos e diplomáticos para reverter esta situação e assegurar a manutenção da Ucrânia na sua esfera de influência. Esta estratégia teve o seu ponto mais alto na anexação da Crimeia a 18 de março de 2014 (“Russia’s motives in Ukraine”, 2014: ix).

Análises sobre a situação na Ucrânia têm enfatizado os interesses da Rússia na região e a estratégia que Moscovo tem prosseguido para enfraquecer o poder e legitimidade do novo governo de Kiev. Estas análises oferecem explicações tão variadas como a necessidade de Vladimir Putin reforçar a sua popularidade doméstica; as suas ambições regionais, que passam pela edificação de um bloco económico euro-asiático, cujas possibilidades de sucesso sem a participação ou pelo menos a lealdade da Ucrânia seriam muito reduzidas; ou a responsabilidade de proteger russos étnicos no espaço pós-soviético, que justifica a intervenção política, económica e militar da Federação Russa nos países da sua vizinhança próxima (*ibidem*: viii). Existem ainda explicações que sugerem que a anexação da Crimeia foi um movimento meramente reativo, despoletado pelos acontecimentos que levaram ao exílio de Viktor Yanukovitch; ao passo que outras interpretações veem esta anexação como parte de um novo imperialismo russo, cujo objetivo último seria a reunificação do espaço que outrora pertencera à URSS.

Ainda que a anexação da Crimeia e o apoio de Moscovo às forças pró-russas no leste ucraniano possam ser interpretadas como uma reação à mudança de poder na Ucrânia e à perceção de uma ameaça aos interesses regionais da Federação Russa, estas análises parecem negligenciar uma série de fatores que enriquecem a compreensão dos eventos na região. Apesar da intervenção da Rússia na crise ucraniana ter sido projetada como um evento inesperado, uma análise contextual das relações externas da Federação Russa mostram que o Kremlin tem apostado na criação de condições que lhe permitam intervir no espaço pós-soviético, com o objetivo de salvaguardar os seus interesses políticos e de segurança. A anexação da Crimeia pode, assim, ser vista como um prolongamento da política externa russa tal como vem sendo desenvolvida desde os anos 2000.

Moscovo tende a percecionar a independência e a soberania dos países na sua vizinhança próxima como uma ameaça aos seus interesses regionais (Blank, 2014: 165).

Como tal, tem desenvolvido uma estratégia que passa pela utilização dos seus recursos económicos, políticos e militares para assegurar que os mesmos se mantenham na sua esfera de influência (Dias, 2014). Ao sentir os seus interesses ameaçados, o Kremlin não hesitou em usar as suas vantagens na península da Crimeia para influenciar as decisões políticas de Kiev. Contudo, o novo governo ucraniano tem resistido a esta manifestação de poder e exercido a sua agência no que considera ser o melhor para o futuro do país. Neste sentido, iniciou uma série de reformas estruturais no país e assinou, em junho, o Acordo de Associação com a UE, que continua a ser vista como um motor de estabilidade e prosperidade. Como resposta a esta atuação, Moscovo tem reforçado o seu apoio a forças separatistas no Leste da Ucrânia, bem como as suas capacidades militares nas zonas fronteiriças, com o objetivo de acentuar a instabilidade no país e assim condicionar as decisões políticas de Kiev (Freedman, 2014: 9). No entanto, se daqui resultaram algumas concessões, que passam pela reforma constitucional e a descentralização do poder de tomada de decisão, os efeitos na agenda internacional ucraniana parecem ser limitados, uma vez que, oficialmente, esta continua a privilegiar a aproximação às instituições euro-atlânticas, em conformidade com as exigências da sociedade civil, tal como manifestadas pelo movimento “Euromaidan” (Charap, 2014: 89-90).

Têm sido feitas algumas tentativas de ir para além de uma leitura realista e estritamente geopolítica destes acontecimentos. Com efeito, alguns estudos com uma forte componente etnográfica têm salientado a heterogeneidade que marca o movimento “Euromaidan”, bem como a importância de reconhecermos a agência da sociedade civil ucraniana e a sua capacidade de resistir a estruturas de poder nacionais e regionais. Jennifer J. Carroll (2014) defende que a débil situação socioeconómica na Ucrânia, assim como as opções de política externa tomadas pelo Presidente ucraniano, levaram à difusão de um discurso anti-Yanukovitch que abriu caminho para mobilização de classes trabalhadoras, mas também de oligarcas e ativistas políticos, que se uniram nos protestos contra o governo. A autora faz referência ao envolvimento de grupos de extrema-direita nos protestos e a um sentimento nacionalista exacerbado que foi amplamente explorado pelos meios de comunicação social e pelo Kremlin. Contudo, estes fatores têm que ser desconstruídos e questionados. Na sua investigação, Jennifer J. Carroll (2014: 12) conclui que este nacionalismo não traduz um sentimento de ódio ou discriminação, mas antes a vontade de encontrar um espaço onde a identidade ucraniana possa florescer de forma sustentada, independentemente dos interesses particulares das classes políticas corruptas que têm governado o país. Por outro lado, a visibilidade de grupos de extrema-direita parece estar muito mais relacionada com o seu maior acesso a meios de comunicação comparativamente a segmentos independentes

da sociedade civil, do que à sua real influência nos protestos que ocorreram nas ruas de Kiev.

Esta heterogeneidade do movimento “Euromaidan” leva-nos ainda a contestar a ideia simplista e redutora, defendida pelo Kremlin, que este movimento não passaria de um esquema ocidental para defender os seus interesses regionais. Para além de a diversidade de quadrantes da sociedade civil envolvidos nos protestos implicar a coexistência de diferentes interesses, perceções e orientações políticas que tornaria difícil a manipulação ocidental dos referidos acontecimentos, esta leitura parece ignorar todo o contexto de relações da UE com a vizinhança partilhada com a Rússia. As práticas da UE neste domínio têm sido marcadas pela relutância em aprofundar relações políticas e de segurança com a vizinhança a Leste devido ao receio de retaliações políticas, económicas e, sobretudo, energéticas por parte de Moscovo (Dias, 2013). Todavia, também aqui devemos evitar interpretações simplistas, uma vez que no seio da própria UE, existem várias divergências entre os vários Estados-membros quanto às políticas a serem adotadas em relação ao espaço pós-soviético.

Não obstante a tímida emergência de análises críticas sobre a crise ucraniana e os jogos de poder no espaço pós-soviético, continua a ser necessário uma abordagem mais vasta e aprofundada destes fenómenos. Aqui o construtivismo crítico pode constituir uma mais-valia ao permitir a inclusão e interpretação do poder exercido por outros atores que não os tradicionais decisores políticos nestes cenários. A pressão exercida pela sociedade civil ucraniana e a sua perceção daquela que devia ser a orientação doméstica e internacional do país foram cruciais para a evolução dos acontecimentos. Esta é uma ótica que tem sido marginalizada nos estudos pós-soviéticos, não obstante a sua importância crescente para as dinâmicas que ocorrem neste espaço. Isto evidencia que, apesar de as estruturas estatais de poder nesta região, que tem na Federação Russa o seu representante máximo, não poderem ser ignoradas, elas também não devem ser reificadas. Se teoricamente estas estruturas estão em vantagem para fazer vingar os seus interesses e dominar os atores que se encontram na sua esfera de influência, na prática o que se verifica é que, em maior ou menor grau, estes atores resistem a este exercício de poder e agem em conformidade com a perceção que têm dos seus interesses nos diversos momentos. Para além disso, estes atores vão muito para além dos representantes oficiais dos países do espaço pós-soviético, incluindo, como fica claro na crise da Ucrânia, movimentos da sociedade civil, das forças militares e de segurança, bem como grupos económicos. Contudo, uma interpretação crítica desta dimensão deve ir além do mero reconhecimento do papel exercido pelos atores não estatais nestes fenómenos. É, pois, necessário compreender o como e o porquê de estes atores manifestarem e defenderem interesses diametralmente opostos aos dos atores estatais e

o modo como a sua agência é capaz de influenciar a tomada de decisão ao nível da política interna e externa dos países do espaço pós-soviético. Paralelamente, importa identificar o que existe no seio destes movimentos que nos permita afirmar ou refutar a ideia de que a sua atuação é distinta da que seria se houvesse uma manipulação dos eventos por parte de atores ocidentais. Um enfoque nestas questões tem o potencial de trazer novas explicações e interpretações sobre a crise na Ucrânia e as dinâmicas de poder no espaço pós-soviético, tais como difundidas por análises de pendor mais tradicional.

Com efeito, julgamos ser crucial ir além dos postulados tradicionais que analisam as dinâmicas do espaço soviético com base em pressupostos realistas e de *Realpolitik*. Com isto não queremos negar a existência deste tipo de práticas no terreno, mas antes defender um processo analítico que olhe primeiro para as várias facetas destes fenómenos, para daí retirar ilações sobre as práticas discursivas de atores e estruturas. O que se defende, portanto, é uma análise desprovida de enviesamentos analíticos que avancem respostas predefinidas para os eventos, como parece ser o caso em muitas leituras tradicionais destes fenómenos. Impõe-se, desta forma, uma análise crítica quer da crise ucraniana, quer das dinâmicas de poder no espaço pós-soviético, que implique a desconstrução das várias perceções, práticas e dos discursos que nelas se inserem. Este processo de desconstrução requer do investigador respostas a um conjunto de questões: quais os fatores endógenos e exógenos que influenciam os acontecimentos em análise?; quais os atores envolvidos nestas dinâmicas?; quais são as suas perceções, identidades e interesses?; quais as práticas discursivas em jogo nestes processos?; que relações de poder existem e como estas afetam o rumo dos acontecimentos?; quais as manifestações das estruturas de poder (discursivas e não discursivas)?; e qual a capacidade de resistência dos agentes envolvidos?

Após o mapeamento destas dinâmicas é necessário que o investigador cruze as informações obtidas e veja como elas se influenciam e constituem mutuamente, para então se ocupar do tratamento crítico das consequências destes fenómenos e realizar um trabalho analítico que permita uma melhor e mais vasta compreensão dos fenómenos em estudo. Porém, este processo acarreta várias dificuldades para o investigador. Por um lado, as dinâmicas em jogo no espaço pós-soviético estão em permanente transformação e interação, tornando a interpretação de fenómenos políticos neste espaço num processo complexo. Por outro lado, esta complexidade exige do investigador um exaustivo trabalho metodológico que implica não apenas a análise criteriosa de práticas e discursos, mas também uma presença no terreno que permita a realização de entrevistas, ou um trabalho de índole mais etnográfica, a fim de se identificarem as perceções, interesses e

questões identitárias que influenciam as decisões e ações dos atores envolvidos nestas dinâmicas.

Apesar destas dificuldades, uma análise com base nos pressupostos do construtivismo crítico permite-nos abrir novos horizontes e alargar a nossa compreensão sobre estes eventos. A crise na Ucrânia surge como muito mais do que um mero movimento reativo por parte de Moscovo. Ela resulta da evolução e interseção de questões identitárias, políticas, socioeconómicas e geoestratégicas. Desta forma, a sua compreensão não é possível sem a ponderação do quadro geopolítico mais vasto em que a Ucrânia se insere, bem como das perceções e dos interesses dos vários atores envolvidos nestes acontecimentos. Uma interpretação crítica desta crise implica, assim, a desconstrução dos discursos, práticas e dinâmicas de poder que marcam este palco de manobras complexas a fim de evidenciar a forma como o contexto e as interações entre agentes e estruturas influenciaram o rumo dos acontecimentos. É precisamente aqui que reside a mais-valia do construtivismo crítico, já que este nos fornece os instrumentos necessários para uma interpretação crítica da atual situação na Ucrânia e no espaço pós-soviético, de forma mais ampla, a fim de aprimorar o conhecimento e compreensão das dinâmicas que a todo o momento se desenvolvem na região.

CONCLUSÃO

A crise na Ucrânia exemplifica muitos dos problemas que se fazem sentir no espaço pós-soviético e, de forma mais alargada, no quadro geopolítico e de segurança euro-asiático. A tradicional análise dos eventos neste espaço tem ficado aquém no que respeita à compreensão da complexa relação entre questões identitárias, interesses, perceções e dinâmicas de poder em jogo nesta região.

Nesta breve reflexão levantaram-se possivelmente mais questões do que aquelas a que se deu resposta. No entanto, julgamos ter ficado clara a necessidade de se ir para além de uma análise tradicional, e muitas vezes redutora, dos fenómenos que ocorrem no espaço pós-soviético. Ao privilegiar uma desconstrução destas dinâmicas baseada na ponderação de discursos, práticas e dinâmicas de poder, o construtivismo crítico permite enaltecer a complexidade que marca este espaço, evidenciando dinâmicas de outra forma invisíveis. Desta forma, a presente abordagem permite lançar um novo olhar para este espaço e desenvolver uma interpretação mais informada e desenvolvida dos acontecimentos que aqui se desenrolam nos vários momentos.

VANDA AMARO DIAS

É doutoranda em “Relações Internacionais: Política Internacional e Resolução de Conflitos” na Universidade de Coimbra. É mestre em Ciência Política e Relações

Internacionais, com especialização em Estudos Europeus, pela Universidade Nova de Lisboa e licenciada em Ciência Política e Relações Internacionais, pela mesma instituição. Os seus principais interesses de investigação incluem a política externa da União Europeia, Rússia e espaço pós-soviético.

Contacto: vandadias@ces.uc.pt

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Adler, Emanuel (1997), "Seizing the Middle Ground: Constructivism in World Politics", *European Journal of International Relations*, 3(3), 319-363.
- Andreatta, Filippo (2005), "Theory and the European Union's International Relations", in Christopher Hill; Michael Smith (orgs.), *International Relations and the European Union*. Oxford: Oxford University Press, 18-38.
- Bache, Ian; George, Stephen (2006), *Politics in the European Union*. Oxford: Oxford University Press.
- Baev, Pavel K. (2007), "Russia Aspires to the Status of 'Energy Superpower'", *Strategic Analysis*, 31(3), 447-465.
- Blank, Stephen (2014), "From Eurasia with Love, American Foreign Policy Interests", *The Journal of the National Committee on American Foreign Policy*, 36(3), 162-174.
- Carroll, Jennifer J. (2014), "This is Not about Europe: Reflections on Ukraine's EuroMaidan Revolution", *Perspectives on Europe*, 44(1), 8-15.
- Charap, Samuel (2014), "Ukraine: Seeking an Elusive New Normal", *Survival: Global Politics and Strategy*, 56(3), 85-94.
- Checkel, Jeffrey T. (1999), "Social Construction and Integration", *Journal of European Public Policy*, 6(4), 545-560.
- Copeland, Dale C. (2006), "The Constructivism Challenge to Structural Realism: A Review Essay", in Stefano Guzzini; Anna Leander (orgs.), *Constructivism and International Relations: Alexander Wendt and his Critics*. London: Routledge, 1-20.
- Denisov, Andrey; Grivach, Alexei (2008), "The Gains and Failures of the Energy Superpower", *Russia in Global Affairs*, 6(2), 96-108.
- Dias, Vanda Amaro (2013), "The EU and Russia: Competing Discourses, Practices and Interests in the Shared Neighbourhood", *Perspectives on European Politics and Society*, 14(2), 256-271.
- Dias, Vanda Amaro (2014), "As relações da Rússia com a Ucrânia, Bielorrússia e Moldova: poder, dependências e assimetrias no espaço pós-soviético", in Maria Raquel Freire; Patrícia Daehnhardt (orgs.), *A Política Externa Russa no Espaço Euro-Atlântico: dinâmica de cooperação e competição num espaço alargado*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 57-84.
- Donaldson, Robert H.; Noguee, Joseph L. (2005), *The Foreign Policy of Russia: Changing Systems, Enduring Interests*. Armonk: M. E. Sharpe.
- Fierke, Karin M. (2007), *Critical Approaches to International Security*. Cambridge: Polity Press.

- Fierke, Karin M.; Jørgensen, Knud Erik (2001), "Introduction", in Karin M. Fierke; Knud Erik Jørgensen (orgs.), *Constructing International Relations: The Next Generation*. New York: M. E. Sharpe, 3-13.
- Freedman, Lawrence (2014), "Ukraine and the Art of Crisis Management", *Survival: Global Politics and Strategy*, 56(3), 7-42.
- Guzzini, Stefano (2000), "Reconstruction of Constructivism in International Relations", *European Journal of International Relations*, 6(2), 147-182.
- Hurd, Ian (2008), "Constructivism", in Christian Reus-Smit; Duncan Snidal (orgs.), *The Oxford Handbook of International Relations*. Oxford: Oxford University Press, 298-316.
- Igumnova, Lyudmila (2011), "Russia's Strategic Culture Between American and European Worldviews", *The Journal of Slavic Military Studies*, 24(2), 253-273.
- Jørgensen, Knud Erik (2010), *International Relations Theory – a New Introduction*. London: Palgrave Macmillan.
- Kratochwil, Friedrich V. (2001), "Constructivism as an Approach to Interdisciplinary Study", in Karin M. Fierke; Knud Erik Jørgensen (orgs.), *Constructing International Relations: the next generation*. New York: M. E. Sharpe, 13-35.
- Kuzio, Taras; Moroney, Jennifer (2001), "Ukraine and the West: Moving from Stability to Strategic Engagement", *European Security*, 12(2), 21-44.
- Makarychev, Andrey S. (2008), "Russia's Search for International Identity through the Sovereign Democracy Concept", *The International Spectator*, 43(2), 49-62.
- Morozova, Natalia (2009), "Geopolitics, Eurasianism and Russian Foreign Policy", *Geopolitics*, 14(4), 667-686.
- Popescu, Nicu; Wilson, Andrew (2009), *The Limits of Enlargement-Lite: European and Russian Power in the Troubled Neighbourhood*. London: European Council on Foreign Relations.
- "Russia's Motives in Ukraine" (2014), *Strategic Comments*, 20(4), viii-ix.
- Simmerl, Georg (2011), "A Critical Constructivist Perspective on Global Multi-Level Governance. Discursive Struggles Among Multiple Actors in a Globalized Political Space", *Unpublished Manuscript*. Berlin: Freie Universität Berlin.
- Stent, Angela E. (2007), "The Lands in Between: The New Eastern Europe in the Twenty-First Century", in Daniel Hamilton e Gerhard Mangott (orgs.), *The New Eastern Europe: Ukraine, Belarus and Moldova*. Washington, DC: Center for Transatlantic Relations, 1-21.
- Tolstrup, Jakob (2009), "Studying a Negative External Actor: Russia's Management of Stability and Instability in the Near Abroad", *Democratization*, 16(5), 922-944.
- Trenin, Dmitry (2007), "Russia and Ukraine", in Daniel Hamilton; Gerhard Mangott (orgs.), *The New Eastern Europe: Ukraine, Belarus and Moldova*. Washington, DC: Center for Transatlantic Relations, 195-213.
- Trenin, Dmitry (2011), "Modernizing Russian Foreign Policy", *Russian Politics and Law*, 49(6), 8-37.
- Tsygankov, Andrei P. (2006), *Russia's Foreign Policy: Change and Continuity in National Identity*. Maryland: Rowman & Littlefield Publishers, Inc.

Zehfuss, Maja (2001), "Constructivisms in International Relations: Wendt, Onuf and Kratochwil", in Karin M. Fierke; Knud Erik Jørgensen (orgs.), *Constructing International Relations: The Next Generation*. New York: M. E. Sharpe, 54-75.

Zehfuss, Maja (2006), "Constructivism and Identity: A Dangerous Liaison", in Stefano Guzzini; Anna Leander (orgs.), *Constructivism and International Relations: Alexander Wendt and his critics*. London: Routledge, 93-117.